

x ~~Justo~~ ~~do~~ ~~le~~
 x ~~Justo~~ ~~do~~ ~~le~~
 x ~~Justo~~ ~~do~~ ~~le~~
 x ~~Justo~~ ~~do~~ ~~le~~
 x ~~Justo~~ ~~do~~ ~~le~~
 x ~~Justo~~ ~~do~~ ~~le~~
 x ~~Justo~~ ~~do~~ ~~le~~
 x ~~Justo~~ ~~do~~ ~~le~~
 x ~~Justo~~ ~~do~~ ~~le~~
 x ~~Justo~~ ~~do~~ ~~le~~

Ata da 77^a reunião ordinária
 do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico realizada em quatro de maio de mil novecentos e oitenta e nove.

Aos quatro dias do mês de maio de hum mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se o Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico na sala de reuniões da Secretaria de Estado da Cultura, à rua Évano Pereira, 240. Estiveram presentes à reunião o Secretário de Estado da Cultura, Dr. Lené Aull Dotti, Presidente do Conselho, e os Conselheiros, sua Cleide Chiarotti Cesário, Alfred Willer, Celso F. Azambuja Gomes Carneiro, Oldemar Blasi, Francisco Antônio Carboni, Ruy Wachowicz, Sérgio Póvoa Pires, e Regina Wallbach, como suplente. Justificaram a ausência os Conselheiros José da Pastina Filho, Luiz Edson Fachin e José Bizarella. O Presidente do Conselho abriu a reunião cumprimentando os presentes e expressando sua satisfação em receber o Deputado Paulo Friatti juntamente com o seu assessor e o empresário Márcio Assad, da Lapa. Passou-se à leitura da ata da reunião anterior, considerando-se a retificação observada

101
pelo Professor Oldemar Blasi, quanto à seleção e exposição das peças do acervo de Kozak virem a ser expostas na própria casa e não no Museu Paranaense, como citou-se na Ata. Após a aprovação unânime da ata passou-se ao 1º assunto da pauta: Discussão sobre o processo de tombamento do Setor Histórico da Lapa; Dr. René Gotti iniciou o assunto dizendo que no interesse de se proceder ao levantamento completo do objeto desta discussão, o caso não se encerraria nesta reunião e que, com a instituição do Grupo de Trabalho composto por técnicos de diversas Secretarias de Estado e da Prefeitura Municipal da Lapa, estão sendo procedidos estudos detalhados sobre a área. Continuando, ainda, esclareceu aos presentes que há questão de um mês atrás recebera a visita do Prefeito Municipal da Lapa, acompanhado do Deputado Estadual Pirají Ferreira, e que ali então lhe fora solicitada o tombamento da área histórica da cidade da Lapa e que, consultando em seguida o Coordenador do Patrimônio Cultural, foi dado início ao processo de tombamento. Esclareceu ainda sobre o fato de a Secretaria de Estado da Cultura dar respostas às iniciativas tomando providências energéticas, e que se assim não acontecia e houvesse a destruição do bem o Estado é culpado por omissão. Exemplificou aqui o ocorrido com a residência do Professor Ulisses Vieira, em Curitiba, que ao ser feito o pedido de tombamento, o imóvel foi imediatamente destruído, deixando a instituição sem ação. No caso da Lapa, tomou-se a iniciativa, conforme a Lei 1211/53, de se dar início ao processo de tombamento e com isso também começa as discussões e este-

dos sobre a questão. Convidou, em seguida, o Deputado Paulo Furiatti a fazer uso da palavra. O Deputado Paulo Furiatti afirmou que a Sapa é a Sapa por seus cidadãos e não pelas atitudes governamentais. Reconheceu, porém, o bom trabalho do Prefeito Sérgio Leone, em sua gestão anterior. E que a Sapa já vem sofrendo o tratamento da preservação pelos vários bens lá tombados. Que não é verdadeira a afirmação de que a Sapa está sendo destruída, porque os cidadãos comuns não têm coragem de derubar suas casas na calada da noite. Não condenou a iniciativa, mas sim a forma como foi feita e que isto é que gerou polémica. Que o tombamento das quatorze quadras lhe parece uma medida aleatória, pois muitas delas não possuem nada de significativo. Disse que a contradição fez nascer este problema e que a área em litígio que a menos valia; portanto, sugeria a retirada deste "freio generalizado". Propôs, então, um projeto em conjunto com a população para afastar da cidade a imagem do "donos da preservação" e que o Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico levante uma bandeira de paz para com a comunidade e venha a discutir com ela a forma mais adequada da preservação. Disse, ainda, que não quer ser responsabilizado pelas reações da comunidade. Doutor René Aziel Dotti esclareceu que em se tratando de interesses difusos, os quais são conflitantes, torna-se muito difícil esta discussão ser levada com a comunidade. Paulo Furiatti disse, ainda, que a maioria dos habitantes da área não reconheceu o tombamento e por isso não entraram com a impugnação. O Sr. René Dotti disse que o Conselho Es-

301

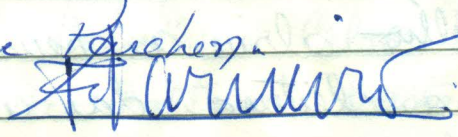
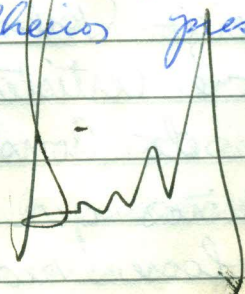
Tadual do Patrimônio Histórico e Artístico não decidirá a matéria visto a sua complexidade. Que o interesse é público e que o tombamento da área obedecerá aos estudos que vêm sendo realizados, com ou sem a existência da impugnação. Abriu a discussão livre sobre o mesmo tema. Fez uso da palavra o Senhor Márcio Assad dizendo que medidas ditatoriais e preservação não caminham com facilidade. Citou o caso da demolição ocorrida há alguns anos atrás para ser construída a nova loja das Casas Pernambucanas, na cidade, e que após tal episódio nada mais de significativo ocorreu que viesse a prejudicar a imagem da cidade. Disse ainda que o problema maior agora surgiu porque não se fez um trabalho de conscientização com a população. Pediu para que na comissão técnica já instituída houvesse a participação de mais pessoas da comunidade. O Doutor Leni Avel Sotti disse que o Conselho avaliará a integração de mais pessoas da cidade nesta Comissão. Esclareceu-se ainda que com respeito a primeira matéria publicada em jornais onde se dizia que o Conselho havia agido de maneira ditatorial, este Conselho poderia, mesmo sem a solicitação formal, ter agido por iniciativa própria em prol da preservação de bens culturais. E que todos somos conscientes de que não se obterá a adesão total da comunidade, mas que a questão está recebendo muito apoio. Concordou quanto a complementação da Comissão, com pessoas da Sapa. O Conselheiro Sérgio Póvoa Pires intercedeu sugerindo que tais pessoas não possuam qualquer interesse no caso. Alfred Willer disse haver um grande interesse por parte do Conselho em discutir a matéria e, para tanto, que os Conselheiros recibam maiores informações. O Presidente

do Conselho concluiu a questão com o seguinte encaminhamento: que a matéria continua em discussão, que o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico estudará a integração de outras pessoas na Comissão, que sejam distribuídas aos conselheiros cópia do edital de tombamento e a planta da área marcando os bens já tombados, que sejam convidadas pessoas com representações populares para prestar maiores informações neste processo. Disse ainda aos presentes que ainda não poderá abrir a discussão na Papa porque deve resguardar o Conselho, mas que os interesses da população poderão ser atendidos. Soutor René Ariel Atti encerrou este assunto, pedindo para se ausentar e passando a presidência da reunião ao Conselheiro Odemar Blasi. Os conselheiros retomaram a questão tendo mais algumas considerações. Alfred Willer demonstrou seu desagrado com relação às ameaças veiculadas feitas pelo Deputado Furiatti inclusive com a questão de que ele estaria levando o caso ao governador. Celso Carneiro informou que lhe foram encaminhados os pedidos de impugnação e que tem um prazo de sessenta dias para responder e está preocupado com a sincronização do trabalho com o Conselho. Regina Wallbach sugeriu que o trabalho que vem sendo realizado seja remetido aos proprietários. Celso Carneiro argumentou quanto à lentidão do processo quando se tenta tirar o conjunto de normas de uso em conjunto com a população. Ana Cleide Chiarotte Cesário pediu a palavra dizendo que, pelo que analisou da questão, sente que abrir a discussão seria perigoso. Que a questão da cidadania é muito forte porém se confunde com privatismo. Que o que falta ao brasileiro, de um modo geral, é confiança. Percebeu-se dois grupos políticos e que poderiam ser

estudadas soluções intermediárias contemplando a ambos e, a partir daí, a comissão trabalharia. Sugere como solução que a utilização e a reutilização da área sejam acompanhadas de uma política cultural de atuações, puxando pelo resgate, pela memória, vindo a integrar a população, produzindo o passado, e que a Universidade Federal do Paraná fosse consultada, através dos Departamentos de Psicologia e Antropologia, para este estudo de identidade. Alfred Willu sugeriu ainda que a população fosse informada quanto ao que é o tombamento, seu objeto definido com justificativa. Que com o tombamento as intervenções sejam estabelecidas pelas normas de uso do solo nos entornos dos bens tombados, restringindo ao mínimo, atendendo assim aos interesses coletivos. Passou-se ao item da pauta "outros assuntos": o Conselheiro Sérgio Piva Pires pediu a palavra para apresentar a solicitação de tombamento vinda da cidade de Laranjeiras do Sul, para o edifício onde funciona a agência de Correios e Telégrafos, esclarecendo que o pedido veio acompanhado de dezenas de abaixo-assinados e solicitações. Celso Carneiro ressaltou que este é o primeiro processo tão respaldado que é encaminhado ao Conselho. O pedido foi submetido à aprovação do Conselho, pelo Coordenador do Patrimônio Cultural. Após algumas discussões a respeito do processo, todos concordaram com o tombamento. O Coordenador do Patrimônio Cultural, Sérgio Tedeschini Alves, levantou sua preocupação com o fato de os deputados estaduais quererem mudar a lei estadual de Tombamento. Que a Lei 1.211 de 1953, não ditatorial, é uma lei que cumpre suas funções. Seria preciso informar e trabalhar os deputados em favor de sua permanência. Celso Car-

neiro informou que vem desenvolvendo um trabalho dedicado junto a Assembleia Legislativa, na questão da legislação ambiental, e que tem ouvido a vontade de muitos deputados quanto a diminuir a ação do Estado. Queixou-se muito sobre o poder do município. Julga importante haver um trabalho sistemático. No Fórum de entidades ambientalistas se propõe a manutenção da Lei de Tombamento como ela está. Sérgio Pires informou que o ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - já iniciou alguns trabalhos a respeito. Não concorda com Sérgio Todeschini Alves com respeito a Lei 1.211/53, pois acha que em alguns aspectos ela deixa a desejar. Lembrou que houve um estudo para uma nova lei que foi distribuída. O Professor Oldemar Blasi salientou que se esta lei há 35 anos vem cumprindo a sua finalidade não há razão para alterá-la. Celso Carneiro voltou a lembrar que este Conselho, por diversas vezes, já se manifestou quanto a não ser oportuno fazer alterações na citada lei e que é importante firmar posição, manter o instituto do Tombamento e postergar esta questão. Ana Cláudia fez menção ao parecer de Sérgio Todeschini Alves sobre a proposta do projeto IPAC, agradecendo ao Conselho e ao Coordenador a concordância na liberação de recursos para a continuidade do trabalho. O Conselheiro Oldemar Blasi encerrou a reunião, não havendo nada mais a constar, e eu, Rosina Coeli Alice Pacheco, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes à reunião.

Rosina Coeli Alice Pacheco.

Oldemar Blasi.  

Integridade
Ruy W. Wachowicz
Rogério Todtschinski Alves
José Inácio

Ota da 78ª reunião ordinária do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, realizada em primeiro de junho de hum mil novecentos e oitenta e nove.

No primeiro dia do mês de junho de hum mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico na sala de reuniões da Secretaria de Estado da Cultura, à rua Ébano Pereira, 240. Estiveram presentes à reunião o Secretário de Estado da Cultura, Dr. René Ariel Dotti, Presidente do Conselho, e os Conselheiros Ana Clide Chiarotti Cesário, Alfred Willer, Celso Fernando de A. Gomes Carneiro, João José Bigarella, José da Pastina Filho, Luiz Edson Fachin, Oldemar Blasi e Sérgio Póvoa Pires. Justificaram a ausência os Conselheiros Ruy Wachowicz e Francisco Antônio Carboni. Estiveram presentes, como convidados, a professora Maria Cecília Costa, da Universidade Federal do Paraná, o engenheiro Antônio Carlos Pasdora, da Prefeitura da Lapa, o professor Key Inaquie Júnior, da Universidade Federal do Paraná, o Coordenador do Patrimônio Cultural, arquiteto Sérgio Todtschinski Alves, e a Curadora do Patrimônio Histórico e Artístico, Rosina Coeli Alice Bucher. O Presidente do Conselho abriu a reunião solicitando aos conselheiros que a leitura da ata da reunião anterior fosse realizada em seguida à discussão do